

## AULA 06 — All men are created equal

### O documento mais citado do mundo e a realidade que ele não alcançava

UC8 – Narrativas de Identidade e Nação · 3º BIMESTRE · 90 minutos · Atividade em dupla

Estudante(s): \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Atravessamos o oceano. Até aqui estudamos o Brasil inventando a si mesmo. Agora vamos ler o documento fundador dos Estados Unidos — em inglês, no original — e aplicar exatamente o mesmo método.

Você vai encontrar a frase mais famosa da história política moderna e, ao lado dela, os dispositivos jurídicos que conviviam com ela. O resultado é o mesmo padrão que já reconhecemos no Brasil: o símbolo elogia enquanto a norma exclui.

#### CONCEITO-CHAVE · O QUE VOCÊ DEVE SABER AO FINAL DESTA AULA

1) Ler e traduzir o trecho central da Declaration of Independence. 2) Explicar a contradição entre o texto de 1776 e a manutenção da escravidão. 3) Identificar dispositivos da Constituição americana que trataram de pessoas escravizadas. 4) Relacionar o caso Dred Scott (1857) e o discurso de Frederick Douglass (1852) ao contexto brasileiro do mesmo período.

#### FIQUE ATENTO

COMO ESTE MATERIAL ESTÁ ORGANIZADO. O BLOCO 1 é para ser lido e resolvido em sala, em dupla. O BLOCO 2 é para concluir em casa e trazer na próxima aula. Os trechos em inglês vêm sempre com tradução ao lado.

### BLOCO 1 · PARA FAZER EM SALA

*Leitura das seções 1 a 5 e resolução das questões 1 a 5 · cerca de 60% do material*

#### 1. O texto original

Em 4 de julho de 1776, treze colônias britânicas na América do Norte declararam independência. O documento foi redigido principalmente por Thomas Jefferson. Leia o trecho mais conhecido:

#### CONCEITO-CHAVE · DECLARATION OF INDEPENDENCE, 1776

"We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights, that among these are Life, Liberty and the pursuit of Happiness."

Tradução: "Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas: que todos os homens são criados iguais, que são dotados por seu Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais a Vida, a Liberdade e a busca da Felicidade."

#### Três expressões que valem estudo

SELF-EVIDENT significa evidente por si mesmo, que dispensa demonstração. É uma escolha retórica forte: o texto não argumenta que as pessoas são iguais, ele afirma que isso é óbvio.

UNALIENABLE RIGHTS são direitos inalienáveis, que não podem ser vendidos, transferidos nem retirados. O termo é jurídico e continua em uso.

THE PURSUIT OF HAPPINESS é a busca da felicidade. Repare que o direito garantido é o de buscar, não o de obter.

#### FIQUE ATENTO

Este é um dos textos mais influentes já escritos. Inspirou constituições no mundo inteiro, inclusive movimentos de independência na América Latina. Nada do que veremos a seguir diminui essa importância — o objetivo aqui não é desqualificar o documento, e sim lê-lo junto com a realidade jurídica que o cercava.

#### RESUMINDO

- A Declaração de 1776 afirma que todos os homens são criados iguais.
- Self-evident, unalienable rights e pursuit of happiness são suas expressões-chave.
- É um dos textos políticos mais influentes da história.

## 2. Quem era "all men" em 1776

Agora a pergunta de sempre nesta unidade curricular: quem cabia dentro dessa frase?

Em 1776, nas treze colônias, havia cerca de meio milhão de pessoas escravizadas. Elas não eram destinatárias daquele "all men". Mulheres não tinham direitos políticos. Povos indígenas eram tratados como nações estrangeiras ou como obstáculo à expansão. E, em vários estados, apenas homens brancos proprietários votavam.

Some tudo: a frase que proclama a igualdade de todos os homens foi escrita por uma assembleia de homens brancos proprietários, em uma sociedade onde a escravidão era legal — e vários dos signatários, inclusive o próprio Jefferson, mantinham pessoas escravizadas.

#### VOCÊ SABIA?

Um rascunho da Declaração redigido por Jefferson continha um trecho que condenava o tráfico de escravizados e responsabilizava a Coroa britânica por ele. O trecho foi retirado antes da versão final, por pressão de delegados de colônias do sul e de interesses ligados ao comércio. Ou seja: a supressão foi deliberada e negociada.

#### PARA PENSAR

O que significa uma sociedade escrever que todos são iguais enquanto mantém pessoas escravizadas? É hipocrisia, é contradição, ou é um princípio lançado adiante do seu próprio tempo?

#### FIQUE ATENTO

Essa pergunta não tem resposta única, e é justamente por isso que ela é boa. Guarde as duas leituras possíveis, porque você vai precisar delas na atividade: a leitura da CONTRADIÇÃO, que aponta a distância entre o texto e a prática; e a leitura da PROMESSA, segundo a qual o texto criou um princípio que gerações seguintes usaram para cobrar o próprio país.

#### RESUMINDO

- Pessoas escravizadas, mulheres e indígenas estavam fora de "all men".
- Vários signatários, incluindo Jefferson, escravizavam pessoas.
- Duas leituras possíveis: contradição e promessa lançada ao futuro.

## 3. O que a norma dizia

Como sempre, saímos do discurso e vamos à norma. A Constituição dos Estados Unidos, de 1787, não usa a palavra escravidão — mas trata dela em pelo menos três pontos.

#### CONCEITO-CHAVE · TRÊS DISPOSITIVOS, SEM A PALAVRA

A CLÁUSULA DOS TRÊS QUINTOS (art. I, seção 2) determinava que, para calcular a representação de cada estado no Congresso e a repartição de impostos, as demais pessoas — expressão usada para as pessoas escravizadas — seriam contadas como três quintos de uma pessoa livre. A CLÁUSULA DO TRÁFICO (art. I, seção 9) impedia o Congresso de proibir a importação de pessoas antes de 1808. A CLÁUSULA DOS FUGITIVOS (art. IV, seção 2) obrigava a devolução de pessoas escravizadas que fugissem para outro estado.

Analise a primeira delas como jurista. Contar uma pessoa como três quintos não lhe dava três quintos de direito — não lhe dava direito algum. Servia para inflar a representação política dos estados escravistas no Congresso. Quanto mais pessoas escravizadas um estado possuísse, mais cadeiras obtinha. As pessoas contadas não votavam; seus proprietários é que ganhavam peso político com elas.

#### FIQUE ATENTO

Note a técnica legislativa: a Constituição regula minuciosamente a escravidão sem jamais nomeá-la, usando eufemismos como "other persons" e "person held to service or labour". Já vimos essa engenharia antes — foi o mesmo recurso do termo REMOVAL na Aula 02. Quando a norma evita nomear o que faz, o nome escolhido é parte da estratégia.

#### RESUMINDO

- A Constituição de 1787 regula a escravidão sem usar a palavra.
- A cláusula dos três quintos aumentava o poder político dos estados escravistas.
- O eufemismo jurídico é técnica recorrente nas normas de exclusão.

## 4. 1857: duas obras, dois países

Agora observe uma coincidência de datas que amarra este semestre inteiro.

Em 1857, no Brasil, José de Alencar publica *O Guarani*, com o indígena Peri como herói nacional.

Em 1857, nos Estados Unidos, a Suprema Corte decide o caso *DRED SCOTT v. SANDFORD*. Dred Scott era um homem escravizado que havia vivido em território onde a escravidão era proibida e, por isso, pedia reconhecimento judicial de sua liberdade.

A Corte decidiu contra ele. Sustentou que pessoas de ascendência africana, escravizadas ou livres, não podiam ser cidadãos dos Estados Unidos e, portanto, não tinham sequer legitimidade para ingressar em juízo. E foi além: declarou inconstitucional a lei federal que restringia a expansão da escravidão para novos territórios.

#### FIQUE ATENTO

Ponha as duas cenas lado a lado, no mesmo ano de 1857. No Brasil, a literatura celebra um herói não branco que se sacrifica pelos brancos. Nos Estados Unidos, o mais alto tribunal decide que pessoas negras não podem nem entrar com uma ação. Símbolo e norma, outra vez, em direções opostas — e em dois países ao mesmo tempo.

#### VOCÊ SABIA?

A decisão em *Dred Scott* é considerada uma das piores da história da Suprema Corte americana e um dos fatores que aceleraram a Guerra Civil (1861-1865). Ela só foi superada pelas emendas constitucionais aprovadas após a guerra: a 13ª, que aboliu a escravidão em 1865, e a 14ª, que assegurou cidadania e igual proteção das leis em 1868.

#### RESUMINDO

- 1857: *O Guarani* no Brasil e *Dred Scott* nos Estados Unidos.
- A Corte negou cidadania e acesso à Justiça a pessoas de ascendência africana.
- A decisão só foi superada pelas 13ª e 14ª Emendas, em 1865 e 1868.

## 5. Seneca Falls: a mesma frase, outra cobrança

Há um documento de 1848 que faz com a Declaração de Independência exatamente o que aprenderemos a fazer nesta unidade curricular: usa o texto oficial contra a prática oficial.

Em julho de 1848, na cidade de Seneca Falls, no estado de Nova York, realizou-se a primeira convenção pelos direitos das mulheres nos Estados Unidos. De lá saiu a *DECLARATION OF SENTIMENTS*, redigida principalmente por Elizabeth Cady Stanton.

#### CONCEITO-CHAVE · DECLARATION OF SENTIMENTS, 1848

"We hold these truths to be self-evident: that all men and women are created equal." — "Consideramos estas verdades evidentes por si mesmas: que todos os homens E MULHERES são criados iguais."

Repare na técnica. O texto copia literalmente a frase de 1776 e acrescenta duas palavras: AND WOMEN. Não inventa um princípio novo — expõe que o princípio existente estava sendo aplicado pela metade.

#### FIQUE ATENTO

Este é o mesmo movimento que Frederick Douglass faria quatro anos depois, e não é coincidência: Douglass esteve presente em Seneca Falls e defendeu publicamente a inclusão do direito de voto feminino no documento. As duas lutas se cruzaram literalmente na mesma sala.

E a conta do tempo é reveladora. A Declaration of Sentiments é de 1848. As mulheres obtiveram direito de voto nos Estados Unidos em 1920, com a 19ª Emenda — setenta e dois anos depois. No Brasil, o voto feminino veio em 1932.

#### PARA PENSAR

Por que um princípio proclamado como "evidente por si mesmo" leva décadas, ou séculos, para alcançar todas as pessoas? O que existe entre o princípio e a sua aplicação?

#### RESUMINDO

- Seneca Falls (1848): primeira convenção pelos direitos das mulheres nos EUA.
- O documento copia a frase de 1776 e acrescenta "and women".
- Voto feminino: 1920 nos EUA, 1932 no Brasil.

### ATIVIDADE — PARTE A (em sala)

Responda no espaço abaixo. Você pode consultar o texto durante a resolução.

1. Traduza para o português o trecho "We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal" e explique o sentido da expressão SELF-EVIDENT nesse contexto.
2. Quem estava efetivamente incluído na expressão "all men" em 1776? Liste ao menos três grupos que ficaram de fora e explique por quê.
3. Explique a cláusula dos três quintos. Ela concedia algum direito às pessoas escravizadas? A quem ela de fato beneficiava?
4. Em 1857 foram publicados O Guarani, no Brasil, e proferida a decisão Dred Scott, nos Estados Unidos. Escrevam um parágrafo relacionando os dois fatos ao fio condutor do semestre: o símbolo elogia enquanto a norma exclui.
5. A Declaration of Sentiments (1848) copia a frase de 1776 e acrescenta duas palavras. Que palavras são essas e por que essa estratégia é mais eficaz do que simplesmente criar um texto novo?

---

---

---

---

---

---

---

---

## 6. A pergunta de Frederick Douglass

Em 5 de julho de 1852, Frederick Douglass — nascido escravizado, tornado livre, escritor e orador — foi convidado a discursar em uma celebração do Dia da Independência americana. Ele aceitou o convite e fez a pergunta que dá título ao discurso:

### CONCEITO-CHAVE · FREDERICK DOUGLASS, 1852

"What to the Slave Is the Fourth of July?" — O que é o Quatro de Julho para o escravizado?

A construção do discurso é uma peça de argumentação notável. Douglass começa elogiando sinceramente os fundadores da nação e os princípios da Declaração. E então vira a chave: diz que aquela festa não é dele, e sim de seus ouvintes — que o convidaram para celebrar uma liberdade que a ele era negada.

Ou seja: ele não ataca o documento de 1776. Ele o toma ao pé da letra e cobra a promessa. É a leitura da PROMESSA, que apresentamos na seção 2, aplicada por quem sofria a exclusão.

### FIQUE ATENTO

Guarde essa estratégia argumentativa, porque ela é ouro em redação. Douglass não diz "esse princípio é falso". Ele diz "esse princípio é verdadeiro, e por isso vocês o estão descumprindo". Cobrar coerência é mais forte do que negar o valor: você usa o documento do outro como sua própria evidência.

Repare também na data. O discurso é de 1852. A Lei de Terras brasileira é de 1850. Dois anos separam a norma que fechou a terra no Brasil e o discurso que cobrou a liberdade prometida nos Estados Unidos. É a mesma década, o mesmo problema, hemisférios diferentes.

### RESUMINDO

- Douglass discursa em 1852 sobre o significado do 4 de julho para quem é escravizado.
- Ele não nega a Declaração: cobra o cumprimento dela.
- Cobrar coerência é estratégia argumentativa mais forte do que negar o princípio.

## 7. A Proclamação de Emancipação e seus limites

Antes das emendas, houve um ato do presidente Abraham Lincoln que costuma ser lembrado de forma imprecisa. Vale corrigir a imprecisão, porque ela ensina algo sobre como ler documentos jurídicos.

Em 1º de janeiro de 1863, em plena Guerra Civil, Lincoln editou a EMANCIPATION PROCLAMATION. A frase que ficou na memória popular é a de que Lincoln libertou os escravizados. O texto diz algo mais estreito.

### CONCEITO-CHAVE · O ALCANCE REAL DA PROCLAMAÇÃO

A Proclamação declarou livres as pessoas escravizadas nos estados que estavam em rebelião contra a União — exatamente os territórios onde o governo federal não tinha, naquele momento, poder para executar a ordem. Os estados escravistas que permaneceram leais à União não foram alcançados. Era, também, um instrumento de guerra: enfraquecia a economia do inimigo e abria caminho para o alistamento de soldados negros no exército da União.

### FIQUE ATENTO

Não se trata de diminuir a importância do ato — ele mudou o sentido da guerra e abriu o caminho para a 13ª Emenda. Trata-se de ler o documento pelo que ele efetivamente dispõe, e não pela lembrança que a cultura popular guarda dele. Essa é a diferença entre repetir uma frase pronta e analisar uma fonte.

Foi a 13ª Emenda, em 1865, que aboliu a escravidão em todo o território dos Estados Unidos. A Proclamação preparou o terreno; a emenda concluiu o trabalho.

#### RESUMINDO

- A Proclamação (1863) alcançou apenas os estados em rebelião.
- Era também instrumento militar, não somente humanitário.
- A abolição efetiva veio com a 13ª Emenda, em 1865.

## 8. As emendas que mudaram o texto

A Constituição americana não foi reescrita: foi emendada. Depois da Guerra Civil, três emendas alteraram o quadro jurídico.

#### CONCEITO-CHAVE · AS TRÊS EMENDAS DA RECONSTRUÇÃO

13ª EMENDA (1865): aboliu a escravidão e a servidão involuntária. 14ª EMENDA (1868): assegurou cidadania a todas as pessoas nascidas no país e garantiu igual proteção das leis (equal protection of the laws). 15ª EMENDA (1870): proibiu negar o direito de voto em razão de raça, cor ou condição anterior de servidão.

No papel, o problema estava resolvido: liberdade, cidadania e voto. Na prática, começava outro capítulo — e é justamente esse capítulo que estudaremos na próxima aula, sob o nome de leis Jim Crow.

#### FIQUE ATENTO

Antecipando o que vem: se a 15ª Emenda garantiu o voto em 1870, e a marcha de Selma pelo direito de voto ocorreu em 1965, então algo aconteceu nos 95 anos entre uma coisa e outra. Guarde essa conta — ela é o ponto de partida da Aula 07.

#### RESUMINDO

- 13ª (1865): fim da escravidão. 14ª (1868): cidadania e igual proteção. 15ª (1870): voto.
- No texto, o problema estava resolvido.
- Entre a 15ª Emenda e Selma há 95 anos de distância.

## 9. Comparando os dois países

Vale organizar em quadro o que já sabemos, porque essa comparação é a espinha do seminário avaliativo.

TEXTO FUNDADOR. Brasil: a literatura indianista, de 1857 a 1865, elegendo o indígena como símbolo. Estados Unidos: a Declaração de 1776, proclamando a igualdade de todos os homens.

NORMA CONTEMPORÂNEA AO TEXTO. Brasil: Lei de Terras de 1850 e regime tutelar. Estados Unidos: cláusulas constitucionais sobre escravidão e decisão Dred Scott, de 1857.

FIM FORMAL DO SISTEMA. Brasil: abolição em 1888, sem qualquer política de integração. Estados Unidos: 13ª Emenda em 1865, seguida da promessa de terra revogada no mesmo ano.

O QUE VEIO DEPOIS. Brasil: branqueamento, imigração seletiva e ausência de reforma agrária. Estados Unidos: segregação legal por quase um século.

#### FIQUE ATENTO

Duas trajetórias distintas, um mesmo desfecho para as populações negras: liberdade formal sem patrimônio, sem terra e sem igualdade real. É por isso que a comparação funciona — não porque os países sejam iguais, mas porque caminhos diferentes chegaram ao mesmo lugar.

## ATIVIDADE — PARTE B (em casa)

Traga estas respostas prontas na próxima aula. Elas serão o ponto de partida da discussão.

1. Explique a estratégia argumentativa de Frederick Douglass em 1852: por que cobrar coerência é mais forte do que negar o valor do documento? Dê um exemplo de como você usaria essa estratégia hoje.

2. Descreva o que estabeleceram as 13ª, 14ª e 15ª Emendas. Em seguida, explique por que, apesar delas, foi necessária uma marcha pelo direito de voto em 1965.

3. Muita gente afirma que "Lincoln libertou os escravizados" com a Proclamação de Emancipação. Corrija essa afirmação com precisão, explicando o alcance real do documento de 1863 e qual norma efetivamente aboliu a escravidão nos Estados Unidos.

4. QUESTÃO DE FECHAMENTO. Monte um quadro comparativo entre Brasil e Estados Unidos com quatro linhas — texto fundador, norma contemporânea, fim formal do sistema e o que veio depois — e escreva um parágrafo final explicando por que dois caminhos diferentes chegaram a resultados semelhantes.

## GLOSSÁRIO DA AULA

| Termo                       | Definição                                                                                           |
|-----------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Declaration of Independence | Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 4 de julho de 1776.                              |
| Self-evident                | Evidente por si mesmo; que dispensa demonstração.                                                   |
| Unalienable rights          | Direitos inalienáveis, que não podem ser transferidos nem retirados.                                |
| Pursuit of happiness        | Busca da felicidade; direito de buscar, não de obter.                                               |
| Cláusula dos três quintos   | Dispositivo que contava pessoas escravizadas como três quintos para fins de representação política. |
| Dred Scott v. Sandford      | Decisão de 1857 que negou cidadania e acesso à Justiça a pessoas de ascendência africana.           |
| 13ª Emenda                  | Aboliu a escravidão nos Estados Unidos, em 1865.                                                    |
| 14ª Emenda                  | Garantiu cidadania e igual proteção das leis, em 1868.                                              |
| 15ª Emenda                  | Proibiu negar o voto por raça ou condição anterior de servidão, em 1870.                            |
| Equal protection            | Igual proteção das leis; princípio central do direito constitucional americano.                     |

## REPERTÓRIO PARA A REDAÇÃO E PARA O VESTIBULAR

A Declaração de Independência é repertório universal e funciona em quase qualquer tema sobre direitos, igualdade e cidadania. O uso mais sofisticado não é citar a frase famosa, e sim citá-la junto com a cláusula dos três quintos ou com o caso Dred Scott — mostrando que o mesmo ordenamento proclamava a igualdade e organizava a exclusão. Frederick Douglass oferece o modelo argumentativo mais valioso da aula: tomar o princípio do adversário como verdadeiro e cobrar sua aplicação. Em redação, isso se chama argumento de coerência, e é difícil de refutar.

## PARA IR ALÉM

- ESTADOS UNIDOS. Declaration of Independence, 1776. (Public domain; National Archives)
- ESTADOS UNIDOS. Constitution, 1787, art. I, seções 2 e 9, e art. IV, seção 2; Emendas 13, 14 e 15.
- ESTADOS UNIDOS. Dred Scott v. Sandford, 60 U.S. 393 (1857).
- DOUGLASS, Frederick. What to the Slave Is the Fourth of July? 1852. (Public domain)
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.